



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**JOSÉ HERCULANO DA ROCHA JÚNIOR**

**UM OLHAR SOBRE AS ITACOATIARAS DO INGÁ-PB: entre uso das fontes, saberes  
e sensibilidades no ensino de História**

CAMPINA GRANDE - PB  
2018

JOSÉ HERCULANO DA ROCHA JÚNIOR

**UM OLHAR SOBRE AS ITACOATIARAS DO INGÁ-PB: entre uso das fontes, saberes e sensibilidades no ensino de História**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

**Área de concentração:** História.

**Orientador:** Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R672u Rocha Júnior, José Herculano da.  
Um olhar sobre as Itacoatiaras do Ingá-PB [manuscrito] :  
entre uso das fontes, saberes e sensibilidades no ensino de  
história / Jose Herculano da Rocha Junior. - 2018.  
26 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação , 2018.  
"Orientação : Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana ,  
Coordenação do Curso de História - CEDUC."  
1. Ensino de história. 2. Educação patrimonial. 3. Pedra do  
Ingá - Paraíba. 4. História da Paraíba. I. Título  
21. ed. CDD 372.89

JOSÉ HERCULANO DA ROCHA JÚNIOR

**UM OLHAR SOBRE AS ITACOATIARAS DO INGÁ-PB: entre uso das fontes, saberes e sensibilidades no ensino de História**

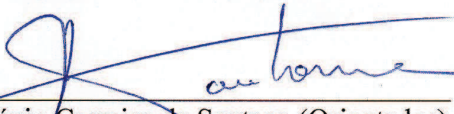
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

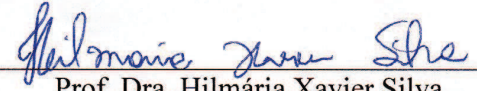
**Área de concentração:** História.

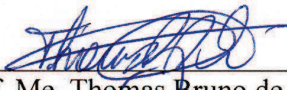
**Orientador:** Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana.

Aprovada em: 05/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Hilmária Xavier Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Thomas Bruno de Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (NUPEHL/UEPB)

A minha cidade, Ingá, na Paraíba, pela grandeza de sua História e pelas boas lembranças que me provoca, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Ao querido professor Flávio Carreiro de Santana, com quem tive a honra de poder construir um trabalho que discorresse sobre o patrimônio mais importante da minha cidade. Grato por sua presteza e atenção. Através do seu entusiasmo e simpatia me ensinou a ser mais capaz.

Sempre oferecendo o melhor de si com a solicitude e o seu olhar aguçado, que lhe são inerentes, fez com que este trabalho fosse produzido da forma mais leve e precisa possível. Suas sugestões de leitura foram indispensáveis para a realização e para o enriquecimento do mesmo.

À minha família, especialmente aos meus pais a quem tenho uma eterna gratidão por ter me permitido escolher este curso de graduação.

Aos meus onze irmãos, pois, até aqueles que moram fora do Estado da Paraíba, me incentivam e me dão força, com simples frases e sorrisos nas ligações que recebo.

À minha prima Bríggida Rosely de Azevedo, professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) assassinada em 2012, *in memoriam*.

Ao professor Azemar dos Santos Soares Júnior a quem sou grato pelo constante apoio e pela amizade.

Aos professores que conheci durante o curso, pois foram estes que me ajudaram de forma incisiva a desconstruir, desterritorializar e a fomentar novas possibilidades de existência, algo que só foi possível pelos debates e nas intervenções dos mesmos.

Aos funcionários da UEPB, em geral pela solicitude e atendimento quando nos foi preciso.

Aos vários colegas de classe pelas demonstrações de apoio e afeto.

Aos amigos que a graduação me deu, sou grato pelos numerosos e intensos sorrisos, os quais me fizeram sorrir também ao longo desses anos.

A Deus por toda energia e vigor concedidos durante todo o tempo.

“O historiador não apenas pensa "humano". A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo”. Marc Bloch.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	07
INTRODUÇÃO.....	07
A PEDRA DO INGÁ ENQUANTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	09
CIDADE E IDENTIDADE: Saberes e sensibilidades do Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá.....	15
MEMÓRIA ESCOLAR SOBRE AS ITACOATIARAS DO INGÁ NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
RESUMEN.....	24
REFERÊNCIAS.....	25



## **UM OLHAR SOBRE AS ITACOATIARAS DO INGÁ-PB: entre uso das fontes, saberes e sensibilidades no ensino de História**

José Herculano da Rocha Júnior<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar a didatização da Pedra do Ingá no espaço escolar através do ensino de História a partir do diálogo interdisciplinar com a Educação Patrimonial, bem como verificar o papel educativo deste monumento perante sua importância arqueológica, antropológica, artística e histórica. E, nesse contexto, enfatizaremos a memória e os saberes históricos junto as sensibilidades e ao processo identitário que o mesmo é capaz de apresentar no cenário ingaense. Nossa delimitação temática propõe uma experiência do uso da metodologia do Ensino Patrimonial como ferramenta alternativa para dialogar em sala de aula o valor da memória e de uma identidade local. Analisaremos os pontos positivos dessa abordagem e as dificuldades em aplicá-la em sala de aula, o que possibilita ponderar aulas mais atrativas além de suscitar o desejo por aulas socioconstrutivistas. Dessa forma, discutimos o tema no campo do Ensino de História a partir de interlocuções teóricas com Schmidt (2009), Pesavento (1999, 2005), Martin (2008), Funari (2009) e Le Goff (1985) no sentido de problematizar uma Educação Patrimonial voltada à identidade e para a memória regional. Recorreremos aos relatos orais de gestores, supervisores e docentes como fonte analisada à luz da metodologia em História Oral, cujos personagens estão há anos contribuindo para a melhoria do ensino da cidade de Ingá-PB.

**Palavras-Chave:** Pedra do Ingá – Ensino de História – Educação Patrimonial – História Local.

### **1. Introdução**

Em se tratando da preservação do patrimônio histórico e cultural, torna-se necessário apontar a deficiência que, infelizmente, insiste em permear os monumentos que estão espalhados pelo território do Brasil, no que diz respeito as propostas voltadas para a cultura e educação. Ficando, pois, a sorte de programas, projetos ou investimentos, muitas vezes

---

<sup>1</sup> Aluno de Graduação em Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
E-mail: herculanoprof@gmail.com

escassos e insuficientes para alcançar o valor artístico, arqueológico e histórico que os mesmos carregam, seja de forma material ou imaterial

Nesse contexto, encontramos dificuldades em elencar e reunir um acervo satisfatório e que pudesse dar relevância a esta pesquisa, tendo em vista que muitos documentos escritos se perderam ao longo do tempo. Entretanto, os que encontramos estão catalogados de forma sistemática e elencados de maneira dialógica para facilitar a leitura e a proposta deste trabalho, desvelando assim o valor didático-pedagógico que a Pedra do Ingá pode oferecer a disciplina de História, mas também às outras matérias escolares.

As mudanças nos conceitos de cultura e de patrimônio a partir da *Escola dos Annales*<sup>2</sup> transformam os olhares sobre o mesmo, o que acarreta posteriormente no surgimento de leis de preservação no Brasil, surgidas no século XX, a partir da década de 1930. Estas, por sua vez, tencionavam a conservação da memória e da identidade do país – e de suas cidades, naturalmente – as quais teriam como referências seus patrimônios locais para que, através deles, fossem explicitado o valor singular das diversas regiões brasileiras, cujas salvaguardam histórias peculiares dos mais distintos períodos, materializadas em múltiplos espaços.

Neste sentido, o Sítio Arqueológico Itacoatiras do Rio Ingá<sup>3</sup>, que está localizado na zona rural do município de Ingá, no Estado da Paraíba, tem sua importância enquanto monumento de valor antropológico, arqueológico, artístico e histórico, tendo em vista que seu terreno rochoso é composto por inscrições rupestres gravadas na pedra de difícil leitura, trazendo consigo incógnitas revestidas da problemática de uma civilização misteriosa, cuja desenvolveu tecnologias peculiares e inscritos indecifráveis os quais inspiram as mais variadas teorias. Por conseguinte, estas provocam a curiosidade de milhares de pessoas do mundo inteiro, desde especialistas internacionais a estudantes locais, que são instigados à visita – cuja pode ser consultada através do livro de visita que fica no local – deste Sítio Arqueológico, seja por motivo científico, por simples curiosidade, ou por algum outro motivo fortuito. Portanto, como a disciplina de História pode ser capaz de despertar a sensibilidade do aluno dentro da sala de aula por esse tipo de monumento? Como fazer crianças e adolescentes sentirem interesse por sua História? E de que forma a identidade da cidade pode estar inerente ao monumento?

---

<sup>2</sup> Para um conhecimento mais detalhado sobre as vertentes da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, sugerimos como leitura: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

<sup>3</sup> Processo de Tombamento das Itacoatiras do Rio Ingá, localizadas na Fazenda da Pedra Lavrada - Ingá – PB; Inscrito nos Livros do Tombo: Nº 2, Histórico, Vol. I, Inscrição nº: 234, folha: 39, Data: 29-5-1944 e Nº 3, Belas Artes, Vol.: I, Inscrição nº: 301, Folha: 63, Data: 29-5-1944, Nº Processo: 0330-T-43.

Com a possibilidade que o ensino de História oferece para explorar um monumento dessa importância, vê-se uma excelente oportunidade de (re)construir um diálogo pertinente para dentro da sala de aula através da metodologia que a Educação Patrimonial<sup>4</sup> pode propiciar aos estudantes, os quais serão capazes de perceber as mudanças no tempo, cujo papel é próprio do ensino de História. Dessa forma, haverá uma “alfabetização cultural”<sup>5</sup> permitida através do contato-aprendizagem com as Itacoatiaras<sup>6</sup> em favor da sua valorização e perduração no tempo a partir da construção de uma historiografia local. Diante desse fato, o professor de História deve inquietar-se perante as perspectivas que essas relíquias conseguem apresentar, desempenhando assim uma conduta informativa de forma instrutiva e homogênea.

Defender o patrimônio em termos de futuro, passa, antes, de mais, pela educação, pela sensibilização das jovens gerações para a preservação dos bens patrimoniais que constituem suporte de memórias coletiva nacional e do seu quadro de referências e valores. (MANIQUE, 1994, p.54)

O presente artigo está estruturado em três partes, primeiramente buscaremos explicar a Pedra do Ingá enquanto patrimônio artístico e histórico, incluindo elementos historiográficos. Num segundo momento, faremos um percurso que diz respeito à relação entre o patrimônio e a identidade da cidade de Ingá-PB, abordando o aspecto do cultural em conformidade ao processo de formação territorial da mesma. Por último, abordaremos as memórias escolares desenvolvidas a partir do conhecimento sobre o monumento dentro do contexto de sala de aula, discorrendo sobre uma perspectiva socioconstrutivista com caráter pluridisciplinar de ensino.

## **2. A Pedra do Ingá enquanto Patrimônio Cultural e Histórico.**

No nordeste brasileiro, situa-se uma pequena cidade no Estado da Paraíba, denominada de Ingá, outrora Vila do Imperador. Esta fica localizada a 87km da capital paraibana e guarda registros e histórias misteriosas que ajudam a (re)contar sobre o espaço dos ingaenses, sendo que a primeira delas começa com as suas Itacoatiaras.

Evidentemente, este município se destaca por conter elementos historiográficos que fazem parte de um traçado histórico indispensável na compreensão do espaço paraibano, trazendo assim possibilidades de leituras múltiplas sobre ele. E, por mais que seja um

---

<sup>4</sup> Ver André Luis Ramos Soares, Educação Patrimonial: teoria e prática; Ed. da UFSM, 2007.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Este era o termo usado pelos índios potiguaras para responder aos colonizadores europeus sobre o que significavam os sinais inscritos na rocha, e, posteriormente, surgem outros entendimentos elaborados pelos estudiosos. Sendo assim, o termo itacoatiara vem da língua tupi: itá (pedra) e kúatiara (riscada ou pintada).

pequeno núcleo urbano – se valendo de pouca fonte de renda – a cidade do Ingá, por conter este bem material, confere saberes e atribui à Paraíba uma riqueza histórico-cultural ímpar.

Foi a partir do século XIX, que os intelectuais franceses, entusiasmados pelas manifestações republicanas, sentiram a necessidade de preservar os bens que pertenciam ao clero e à nobreza, com a intenção de proteger a memória histórica da nação. Contudo, o modelo positivista de interpretar a história tornou-se caracterizado pelo aspecto romântico a favor do Estado, com seus combates, seus heróis e suas pretensões imperialistas.

Entretanto, a *Escola dos Annales*, fundada em 1929 passou a fazer o uso da interdisciplinaridade em favor de uma nova abordagem de estudos históricos. Atenta ao amadurecimento teórico, a recém-adquirida forma utilizada pelos *Annales* destacou os patrimônios de natureza cultural, cujos passaram a abranger aspectos morais, psicológicos, religiosos, intelectuais, políticos e históricos caracterizados nas sociedades do passado e do presente, sendo de grande importância para estudar e identificar os grupos e as transformações sociais ao longo do tempo.

Os intelectuais modernistas em 1937, por sua vez, apoiados em concepções de história, nação, arte e tradição, criaram o conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>7</sup>, institucionalizado com o propósito de salvaguardar as obras de arte e a história do país. Logo o interesse e a preocupação de haver um resgate historiográfico junto a um processo de preservação que erguesse esses monumentos reconstruindo suas memórias e suas histórias é notório a partir da criação da autarquia federal, em 1937, durante o governo vigente do então presidente Getúlio Vargas. Sua intenção era zelar por uma memória nacional, emergindo assim o interesse de zelar também por uma identidade regional, algo que foi repercutido a medida em que foi se concretizando os tombamentos dos bens patrimoniais do país, consumando, desta forma, a preservação física e historiográfica dos mesmos.

A Constituição Federal do Brasil distingue com muita clareza que o patrimônio tem duas dimensões: a Material e a Imaterial<sup>8</sup>. No entanto, tudo que é material tem

---

<sup>7</sup> Ao longo do artigo utilizaremos o nome atual do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A instituição teve diversos nomes: 1937-1946 – SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1979-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ligada à Fundação Nacional Pró-memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 ao presente – Iphan).

<sup>8</sup> No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, no artigo 216 – “Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza Material e Imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. E, para melhor identificar os bens culturais, eles foram divididos em três categorias: o Patrimônio Material, Imaterial e Ambiental.

correspondência imaterial, haja vista que não se trata apenas de uma edificação, mas entende-se que o patrimônio tem uma alma e é constituído por um espírito presente que preenche e dá vida ao lugar e ao seu contexto histórico-cultural. São vertentes, portanto, que podem estar destacadas ou desconexas por lei, mas não culturalmente falando, sendo, neste sentido, integradas entre elas. Logo, quem reconhece só uma dimensão, desconhece o verdadeiro valor de um patrimônio.

No Brasil, o patrimônio arqueológico está sob proteção legal desde 1937, com o Decreto-Lei nº 25 que exprime a identificação do mesmo. No entanto, a Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961 estabeleceu proteção específica e, em 1988, a Constituição Brasileira também identificou os bens arqueológicos como patrimônios da União, incluindo-os no conjunto do Patrimônio Cultural Brasileiro. Ou seja, a mutilação, destruição, e inutilização física do patrimônio cultural são transgressões puníveis por lei.

A região paraibana é depositária de um intenso potencial arqueológico, haja vista que os grupos étnicos que habitaram esta região durante a pré-história deixaram suas impressões sob a forma de indícios culturais. Estes fazem associação direta com as grandes tendências classificatórias da arte rupestre no Brasil, ou seja, elementos da tradição Itacoatiara, Nordeste e Agreste.

A “Pedra do Ingá”, como é mais conhecida, tem uma formação rochosa de gnaise, cujo bloco mede no total aproximadamente 24m de comprimento e 3,5m de altura, em sua altura máxima. Segundo Brito (2008, p.10): “a Pedra lembra um grande cetáceo emerso no lajedo”. Neste lugar encontra-se desenhadas algumas figuras que, supostamente, fazem referência à humanos, frutas, animais<sup>9</sup> e às constelações como a de Órion<sup>10</sup> e, nas áreas circunvizinhas, são encontradas inúmeras inscrições cujos significados ainda são vítimas de especulações, cujas fazem dela um dos monumentos de significância arqueológica e cultural mais marcantes para o território nacional.

O monumento é intrigante, e “Apesar do conjunto rupestre da Pedra do Ingá ser um dos mais famosos e pesquisados no país, até o presente não existe um diagnóstico oficial definitivo sobre esta cultura”. (SANTOS, 2014, p.23)<sup>11</sup>. Logo, trata-se de um patrimônio que instiga o constante estudo, haja vista que o mesmo compõe a nossa História local.

---

<sup>9</sup> Ver Vanderley de Brito, A Pedra do Ingá – Itacoatiaras na Paraíba. João Pessoa: JCR 2º Ed., 2008.

<sup>10</sup> Órion é uma das oitenta e oito constelações modernas. Está localizada no equador celeste e, por este motivo, é visível em praticamente todas as regiões habitadas da Terra.

<sup>11</sup> Juvandi de Souza Santos é docente na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e realiza importantes estudos arqueológicos, inclusive sobre as Itacoatiaras do Ingá-PB. Integra também o Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local (NUPEHL) – o qual pertence a mesma Universidade – onde são desempenhadas intensas atividades de pesquisa sobre o território paraibano.



**Figura 2:** A Pedra do Ingá. Fonte: acervo pessoal.



**Figura 2:** Gravuras da Pedra do Ingá. Fonte: acervo pessoal.

Teve início com as arqueólogas Gabriela Martin e Ruth Trindade de Almeida, em meados dos anos 1970, o desenvolvimento dos primeiros estudos arqueológicos sobre as gravuras das Itacoatiaras do Ingá. E, de acordo com Martin (2008) no Nordeste a tradição Itacoatiara se incorpora especialmente pela forma como a rocha é gravada através de incisões. Estes grupos ao fazer o uso de cadeias operatórias e técnicas específicas para gravar o suporte rochoso, apresentam as diferenciações que podem ser utilizadas como demarcadores cronológicos ou ainda traços culturais destes grupos. A autora ainda observa que “Nenhum sítio pré-histórico com pinturas ou gravuras rupestres, em todo o Brasil, atraiu tantas pessoas

dispostas a opinar e decifrar, como a Pedra do Ingá, cujo impacto visual impressiona os leigos e desafia a arqueologia” (MARTIN, 2008, p. 298)<sup>12</sup>.

O tombamento da Pedra do Ingá ocorre quando ainda o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em maio de 1944, através da constatação de uma pesquisa *in loco*<sup>13</sup>, atestou a sua importância enquanto Patrimônio de valor Histórico e Cultural a nível nacional, passando então a compor a lista dos 11 sítios tombados no Brasil. Por esse motivo, o sítio encontra-se protegido como Patrimônio Cultural, com inscrições no Livro de Tombo das Belas Artes e no Livro de Tombo Histórico, sendo o primeiro monumento de arte rupestre protegido no Brasil e o único reconhecido também pelo seu conteúdo artístico, além da importância histórica, faltando, contudo, estar no Livro de Tombo Arqueológico, por saber e entender que se trata de um monumento que adere a essa característica, entretanto, ainda não se encontra registrado nele até esta data<sup>14</sup>.

Nesse sentido, as “providências tomadas para o tombamento das Itacoatiaras do Rio Ingá” foram tomadas pelo SPHAN, perante ao que se encontra prescrito nos documentos pesquisados que dizem respeito ao processo de tombamento das “Itacoatiaras do Rio Ingá, na Fazenda da Pedra Lavrada”<sup>15</sup>. O mesmo encontra-se digitalizado e disponibilizado pelo site do Instituto, em seu acervo digital.

Havia, no entanto, claramente uma preocupação por parte de setores que já sinalizavam a necessidade de um cuidado material maior, para além do tombamento. Neste sentido, o “monumento arqueológico de notável importância, ameaçado pelo trabalho dos exploradores de pedreiras daquela vizinhança”, demandava um maior cuidado, segundo a Sociedade Paraibana de História Natural, cuja manifestou-se de maneira oficial em novembro de 1952<sup>16</sup>.

Para que ocorresse o tombamento, foi endereçado uma notificação a Dona Francisca de Moraes Farias que na época era a proprietária do local em que as Itacoatiaras estão

---

<sup>12</sup> Com relação aos estudos para conhecer a Tradição Itaquatiara, Martin acredita que “Naturalmente quando forem organizados repertórios de grafismos que muitas vezes são repetitivos e se fizer estudos das técnicas empregadas na elaboração das gravuras, além de se estudar as tendências na distribuição geográfica, haverá respostas científicas”. (MARTIN, 2008, p. 298.)

<sup>13</sup> A locução adverbial latina é muito usada na língua portuguesa e significa "no lugar" ou "no próprio local" e é equivalente à expressão *in situ*.

<sup>14</sup> No próprio site do IPHAN encontra-se disponíveis informações acerca deste e dos demais sítios arqueológicos brasileiros.

<sup>15</sup> Tivemos acesso aos arquivos do IPHAN através do seu acervo digital, cujo guarda as correspondências, ofícios, certidão e outras documentações referentes ao pedido e ao processo de tombamento da “Itacoatiaras do Rio Ingá”.

<sup>16</sup> A Sociedade Paraibana de História Natural expressou sua preocupação para com o sítio arqueológico ingaense, manifestando-se em favor da sua preservação através de ofícios encaminhados ao “Ilmo Sr. Dr. Rodrigo de Melo Franco”, na época, o diretor do “Patrimônio Histórico e Artístico”.

situadas, avisando-a que “foi determinado o tombamento” da mesma<sup>17</sup>. Logo, as Itacoatiaras do Rio Ingá passaram a ganhar um destaque, naturalmente, a partir desta autenticação, caracterizando e constituindo-a enquanto Patrimônio a partir da sua relevância arqueológica, artística e histórica para o país e para o mundo.

Cada monumento, neste sentido, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de vivências ali expressados. Jacques Le Goff, ao referir-se ao termo monumento em latim, explica que:

[...] o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 1985, p.95)

O Sítio das Itacoatiaras do Rio Ingá reúne o mais expressivo conjunto conhecido desse tipo de gravura no Brasil, que se destaca pelo uso quase exclusivo de representações não figurativas na composição de grandes painéis de arte rupestre que refletem o gênio criativo de um grupo humano que emoldurou padrões estéticos subjetivos peculiares. Logo, são como forma de expressão e, possivelmente, de conceitos que congregam o simbólico-religiosos, em contraste de outras culturas que, em sua maioria, utilizou-se apenas de representações antropomórficas e zoomórficas.

Desse modo, reconhece-se que os sítios arqueológicos estão presentes desde os primórdios do desenvolvimento cultural das populações e perduram ao longo de todo o seu período até a contemporaneidade. Por isso, podemos enxergar na Pedra Lavrada do Ingá uma oportunidade única de poder valer-se de um testemunho significativo e conseguir, através dela, verificar o processo de ocupação do nordeste sul-americano, integrado a tradição itacoatiara, cuja é formada por gravuras sobre pedras localizadas em planície de inundação do leito dos rios.

Por essa razão, constitui-se no município de Ingá, na Paraíba, o mais representativo conjunto de gravuras rupestres desta tradição. Não só pela concentração, mas também pela configuração em grandes painéis com excepcional qualidade estética e requinte técnico, os quais exteriorizam a riqueza cultural e histórica deste patrimônio e do próprio nordeste brasileiro.

---

<sup>17</sup> O referido diretor do SPHAN, encaminha em abril de 1944, através da notificação de nº 518, o aviso à proprietária a respeito da determinação do tombamento, justificando-o no mesmo.



### 3. Cidade e identidade: saberes e sensibilidade do Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá.

Basta um olhar mais agudo direcionado ao nosso redor e logo será possível perceber o quanto que os recantos, as vielas e as ruínas, ou seja, aqueles lugares mais isolados da cidade, são capazes de nos revelar um grande potencial, enquanto fonte histórica. Estes, por sua vez, nos levam a pensar: como sobrepôr o nosso olhar sobre o passado que ali repousa? É preciso certificar-se de que no ordinário também são constatadas narrativas históricas relevantes para a formação identitária de um lugar.

Nessa perspectiva, a *micro-história*<sup>18</sup> e seus elementos enriquecedores adicionam novas percepções acentuadas a estes espaços, os quais merecem ser olhados sob o prisma das sensibilidades<sup>19</sup>. São elas que expandem as possibilidades de o historiador entranhar-se e enveredar-se com mais facilidade à mudez do desconhecido, aos caminhos não antes percorridos, nem explorados, por vezes obscuros, mas tangíveis ao historiador.

Nesse contexto, é preciso ter a consciência histórica<sup>20</sup> de que o território hoje ocupado por nós, outrora fora habitado por povos que desenvolviam práticas culturais distintas da nossa, que tinham tecnologias, crenças e costumes próprios de sua época. Isso nos faz entender que não devemos deixá-los ser esquecidos ou amordaçá-los, mesmo porque as Itacoatiaras do Ingá tratam-se de uma herança cultural, com um potencial histórico indispensável para compreendermos a constituição dos saberes regionais do território paraibano.

Dessa maneira, não encontramos história apenas nos fatos históricos que narram confrontos de guerras, ou nos que falam de marcantes atos políticos. É possível acessar o passado pela delicadeza da alma dos patrimônios históricos; verbalizando o não dito,

---

<sup>18</sup> Segundo os conceitos apresentados por Ginzburg, a *micro-história* corresponde a análise de objetos bem específicos para apresentar novas realidades sobre o mesmo. Isto é, se trata de um gênero da historiografia que reduz a escala de observação de seus objetos na pesquisa histórica. Veja-se a leitura sobre *micro-história* em Ginzburg (1990).

<sup>19</sup> Em Sandra Pesavento, notamos que o conceito de sensibilidade viabiliza outras possibilidades de lançar um olhar sobre o objeto histórico, pois, para ela “Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos”. (PESAVENTO, 2005, p.34). Para a discussão específica sobre sensibilidades, conferir a leitura em Pesavento (2005).

<sup>20</sup> Para Jörn Rüsen, a consciência histórica pode ser definida como uma categoria que se relaciona a toda forma de pensamento histórico, através do qual os sujeitos possuem a experiência do passado e o interpretam como história. Em outras palavras ela é “(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RUSEN, 2010, p. 57). Ver leitura sobre consciência histórica em Rüsen (2010).

desvendando na sua arquitetura, nos desenhos e pinturas as suas intencionalidades, bem como servindo-se do imaginário para escutar o barulho e visualizar as pedras sendo gravadas.

Investigar é, portanto, desconstruir, desnaturalizar e desnudar uma narrativa sobre o objeto histórico a partir de suas características anteriores. Tarefa árdua e complexa, mas, prazerosa. Exige-se, portanto, o teórico, o imagético e, principalmente, que seja acionado o campo do sensível, pois é nele que os historiadores se debruçam para ter mais astúcia em buscar resultados ponderativos e significantes. É, pois, no território das sensibilidades que habita o traço histórico mais apreciável.

Portanto, é preciso um olhar perspicaz sobre as transformações territoriais causadas pelas ações de povoamento e das intervenções humanas ocorridas através das vivências ao longo do tempo no espaço do sítio arqueológico ingaense, haja vista que são as práticas sociais e culturais que convidam o historiador a descobrir nas tramas históricas a importância da atuação dos indivíduos, os quais são responsáveis por dar sentido a essa gradativa construção (material e imaterial) de um monumento. Enxergar nesta trajetória uma herança cultural é, portanto, legitimar saberes e uma identidade que fora constituída por personagens importantes ao contexto local, pois trata-se de um percurso historiográfico que, notoriamente, ajuda-nos a compreender questões imbricadas no presente.

Diante do cuidado com as irrefutáveis situações que o patrimônio material possa sofrer ao longo do tempo, tombá-lo não é o suficiente, pois, é preciso haver a atuação efetiva de uma política de preservação patrimonial, que não se restrinja apenas a esfera federal, mas também confiar aos cuidados estadual e municipal que, junto a sociedade local, ajudem a promover a integridade, prezando o incentivo de princípios à proteção física e histórica do lugar. Desse modo, o patrimônio é uma construção, e como tal, necessita de tempo para definir-se.

É indispensável que a comunidade se identifique com o bem material e vele por ele, de maneira que se torne uma marca, um referencial que conta sua história e a destaca dos demais povos. Embora, a formação de um posicionamento cidadão em respeito ao patrimônio é um processo que se dá paulatinamente, com dificuldades, contudo, necessário em respeito a própria particularidade do lugar.

Assim, o cuidado com os bens patrimoniais visa resguardar a memória, mostrando a identidade de um povo, dando importância e a oportunidade de (re)apresentar o contexto histórico da cidade junto a ele, bem como expor às relações sociais que foram experienciadas em séculos anteriores, mas que foram fixadas no monumento. Portanto, este se torna responsável por construir uma rede de poderes, haja vista que ali transitavam culturas que foram sendo praticadas através de atividades repetitivas e que exigiam conhecimentos e uma

performance científica peculiar, cuja amostra é comprovada pelas figuras estampadas nas pedras do sítio arqueológico do Ingá, onde a presença de uma tecnologia própria é manifestada de maneira evidente, cujo passado deste espaço pode ser visualizado nas inúmeras gravuras primitivas que fizeram parte de um cotidiano, de ritos e saberes coletivos.

Percebemos que diante das tecnologias presentes em nosso cotidiano, a tendência (quase natural) do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, não vendo nelas tanto significado ou vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, as quais devem ser demolidas e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, que atendam às necessidades do mundo contemporâneo; construções que sejam consideradas mais úteis ao desenvolvimento dos novos espaços da cidade. Entretanto, esse tipo de pensamento danifica o Patrimônio Histórico, além de impactar frontalmente a ideia de preservação, de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada pelo homem moderno.

A relação da sociedade contemporânea com seus bens culturais, mais notadamente aqueles denominados de Patrimônio Cultural, é concomitantemente vinculada a ideia de identidade e articulada inexoravelmente ao contexto social e filosófico ao período que cada monumento corresponde. Sem esquecer de que estes servem-se para revelar um acurado “espelho” da sociedade e seus valores e princípios, em toda sua complexidade, conforme bem coloca Françoise Choay:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra. (CHOAY, 2001, p. 12)

Perante a contribuição da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1999), verificamos que “a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem por isso serem uns mais verdadeiros ou importantes que outros”. Esta multiplicidade de olhares fortalece o imaginário acerca do monumento a partir da contemplação de um passado visto pelas lentes do presente, sob as mais diferentes perspectivas historiográficas que o espaço propõe ao pesquisador.

Os sítios arqueológicos correspondem a um patrimônio histórico que têm merecido especial atenção da sociedade contemporânea, haja vista que deve haver a consolidação da sua preservação como um campo pluridisciplinar específico e autônomo em desenvolvimento. O seu bom aproveitamento ainda pode se dar como meio de desenvolver e tornar a região em que ele coabita mais significativa, atrativa e turística.

Evidentemente, o turismo se apresenta como uma ferramenta para o fortalecimento e o reavivamento dos sítios históricos, contudo, a renda gerada pelo turismo muitas vezes é retornada para a própria manutenção e conservação dos monumentos, onde as contribuições deveriam ser bem maiores haja vista que patrimônios como este são dignos de um maior reparo. Isso porque, através da sua adequada exploração, passam a fortalecer o quadro econômico do município em que se situa, unindo assim o desenvolvimento econômico ao reconhecimento histórico-cultural da região.

Por reservar especificidades de um lugar, o Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá precisa de orientações de práticas interventivas e ações de preservação voltadas ao patrimônio. Pois, em se tratando do reconhecimento da sua importância internacional, este revela-se um potencial econômico, ainda em franca capacidade de se desenvolver.

Neste sítio ainda há o Museu de História Natural de Ingá, que reúne peças e ossadas valiosas que fazem referência à animais raros, como a preguiça gigante, entre outros fragmentos de animais gigantes que habitaram a nossa região. Neste sentido, estabelecer um diálogo entre os achados históricos materiais e imateriais, correlacionando sua identidade à existência humana no local é também função do ambiente escolar, sabendo que as Instituições Escolares detêm o poder de problematizar essa representação. Logo, o ensino de História é fundamental para, junto a Educação Patrimonial, produzir debates instigantes pelo viés interdisciplinar.

Portanto, não devemos esperar um desastre ou um infortúnio que descaracterize o patrimônio para lhe dar a sua devida importância, nem devemos jogá-lo no esquecimento, adotando uma postura errada, desvalorizando e desavistando o seu grande valor. Abordar um patrimônio junto aos seus aspectos histórico-culturais em sala de aula, possibilita o apontamento para o seu simbolismo no cenário local, reforçando os seus saberes, sua heterogeneidade e suas sensibilidades pelo viés identitário, o que pode ser possível através da Educação Patrimonial, haja vista que a mesma, em seu processo educacional, levanta questões que acionam a memória e enaltece um passado regional.

#### **4. Memória escolar sobre as Itacoatiaras do Ingá e o ensino de História.**

Enquanto professores de História, nos incumbimos de adotar uma postura diferenciada frente aos desafios cotidianos que nos são impostos dentro da sala de aula, haja vista que lidamos com as mais diversas temáticas. Estas, por sua vez, costumam ser provocativas e nos

fazem (re)pensar como podemos aplicar uma retórica que incentive aos alunos a tecerem uma reflexão crítica e recheada de sentido sobre as mesmas.

Logo, isso será ratificado pela nossa prática de ensino, através das nossas metodologias, as quais devem atender a demanda e as exigências que são trazidas pelo currículo e acionadas no cotidiano escolar. Nesse sentido, a necessidade de se conhecer através do espaço local, também deve ser encarado como um requisito a ser trabalhado pela grade curricular no ambiente educacional e fora dele.

Ou seja, levar os alunos a entenderem que a formação do seu lugar se deu pelas práticas inventivas de outros povos que no passado distante ali habitaram, é atribuir um significado ao lugar. Desse modo, descortinar sua identidade, consolidando assim uma legitimidade histórica, é reconhecer seus saberes e sua memória, algo possível a partir do espaço escolar.

O nosso protagonismo enquanto educadores é de fundamental importância nesse reconhecimento do espaço, haja vista que ao lançarmos o nosso olhar sobre um patrimônio histórico como este, estimulamos no outro o poder de visualização, de crítica e de reflexão. Por conseguinte, o receptor traça viçosos olhares, carregados de imaginações, sentidos e desconstrução, trazendo amplitude nas discursões e abordagens em sala de aula. Isto é, o professor instiga novos olhares a partir do seu, da sua explanação, fazendo com que, um patrimônio como as Itacoatiaras do Ingá ganhe diversos sentidos, não ficando silenciado, sufocado ou obtuso.

O Patrimônio Histórico e Cultural corrobora a sua adição de conteúdo dentro da sala de aula por conter elementos que transitam por aspectos históricos e plurais de uma sociedade, sabendo que o mesmo perfaz saberes coletivos e provoca estímulos mútuos que contribuem para a resignificação do próprio patrimônio. Assim, estes auxiliam no reconhecimento da cidade e de uma melhor compreensão da sua origem, do seu valor e lugar, o que pode ser enunciado pela Educação Patrimonial cuja tem pautas relevantes a oferecer dentro desse contexto, ao saber que a mesma trata o patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento pessoal e coletivo.

Desse modo, contemplar um espaço de relevância cultural, através de uma Educação Patrimonial, é evocar lembranças de uma civilização imersa num passado que, mesmo remoto, é capaz de acordar questionamentos e gerar sentimentos e sensações que parecem fazer reviver instantes e fatos ali vividos que fundamentam e esclarecem a realidade presente. Esse exercício da memória pode ser provocado através de lugares e de monumentos que, em

sua materialidade, tem uma potência histórica de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram.

Os conteúdos trabalhados em sala de aula devem contemplar e estabelecer uma relação íntima e concreta com a realidade dos alunos, inclusive, mantendo uma interação com os seus lugares de convivência e de vivência, no sentido de fazê-los entender que estas localidades fazem parte de uma construção histórica que se deu de forma gradual, heterogênea e irrepetível. Ou seja, os espaços que estão fora da escola são preponderantes para contemplar o que foi apresentado dentro dela, e que eles são tão provocativos quanto os conteúdos, e tão inquietantes quanto a abordagem pluridisciplinar dos professores.

Isto posto, é facultado ao historiador, a responsabilidade de se preocupar com uma postura empoderada em enfatizar o subjetivo através da abordagem historiográfica crítica e afetuosa, que represente articuladamente suas (re)leituras sobre o objeto histórico; levantando hipóteses aos aspectos identitários do espaço, possibilitando uma analogia dos mo(vi)mentos históricos e culturais que chegaram até a nossa contemporaneidade através dos seus rastros deixados pelos nossos ancestrais. Dessa forma, é avistando com o olhar do presente que o passado se operacionaliza de maneira eficaz a responder às questões atuais.

Nesse sentido, algumas Escolas das redes municipal, estadual e privada de ensino da cidade do Ingá<sup>21</sup> – mesmo com suas peculiares dificuldades e limitações pela falta de mais investimentos e de incentivos político-pedagógicas – já didatizaram as Itacoatiaras dentro do ensino local a partir de realização de aulas, as quais priorizaram o diálogo entre o professor e o aluno no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, elas também estimularam por meio de projetos pedagógicos a capacidade cognitiva dos alunos, os mesmos também possibilitaram múltiplos olhares sobre o patrimônio do município.

É, portanto, fazendo o uso de formas metodológicas diferenciadas das costumeiramente utilizadas (e menos cômodas) que será conferido a notoriedade histórico-cultural do município. Isto é, a partir delas, contemplar os monumentos tidos como mais relevantes para o mesmo. Um grande exemplo desse esforço retórico, foi a Escola Municipal Sebastiana Alves de Souza, localizada na zona rural do município de Ingá, cuja fez uma discursão com os alunos no ano de 2016, com a turma multisseriada do Ensino Fundamental I, acerca dos espaços que colaboram no enaltecimento da história da cidade o que, em

---

<sup>21</sup> Dentre os aportes documentais nesta pesquisa, aferimos os que pertencem as Instituições Escolares do município de Ingá-PB, pois os que foram aqui elencados têm potencialidade em dar a devida relevância ao trabalho, no sentido em que eles nos ajudar a enxergar a didatização da Pedra do Ingá no cenário local.

seguida, resultou num projeto – orientado pela supervisora da Escola – intitulado “Ingá: minha vida, minha história”.

Nesse contexto, os alunos empenharam-se e participaram ativamente e tiveram a oportunidade conhecer pessoalmente os locais outrora citados em sala de aula, sendo eles levados a cada um desses lugares através de um passeio turístico pela cidade, no sentido de visualizar sua importância histórica e cultural, reconhecendo-os enquanto espaços relevantes para o empoderamento do conteúdo – atribuindo assim uma relação entre os textos e imagens apresentadas em sala de aula ao lugar – assegurado com a pesquisa *in loco*. Posteriormente, os alunos realizaram atividades escritas e lúdicas para que enxergassem outras percepções após a viagem e dialogassem com elas. Nesse contexto, nos fala Schmitd (2009):

O trabalho com os monumentos no ensino de história é muito importante na resignificação dos espaços públicos pela demonstração de seus significados históricos e dos papéis desempenhados pelos sujeitos na construção dos monumentos. (SCHMIDT, 2009, p. 153).

Na Escola Luiz Gonzaga Burity, que é da rede estadual de ensino e fica localizada num bairro central da cidade, também podemos constatar a didatização do sítio arqueológico do Ingá no ensino de História, a partir da atuação de um professor desta disciplina que, desde 1982 ministra aulas no município de Ingá, para o qual o mesmo elaborou aulas que abordaram, segundo ele, “as Itacoatiaras do Ingá e o seu valor histórico para o município de Ingá-PB”, fazendo debates em sala de aula, a respeito da relação entre o patrimônio e a identidade da cidade, abordando também o valor arqueológico e histórico do monumento para o município, para o Estado e para o mundo, tendo em vista que o mesmo é reconhecido por sua raridade. O professor nos afirmou ainda que alguns alunos, “ficam surpresos com tamanha riqueza que habita na cidade”.

Ao mesmo tempo, na Escola Major José Barbosa Monteiro, a maior de toda rede municipal, em suas programações pedagógicas ao longo do ano são reservados momentos para realizar algumas visitas de disciplinas e turmas distintas (as quais incluem professores e alunos do Ensino Fundamental I e II) até à Pedra do Ingá. O intuito é contactar o conhecimento local até dezenas de alunos que estudam nesta escola, proporcionando-os a ter uma aproximação inerente ao sítio arqueológico, no sentido de materializar e problematizar o conteúdo explorado em sala de aula.

Ocorre que, preferencialmente, os discentes são levados pelos professores das ciências humanas, dando ênfase aos que ministram as disciplinas de História e Geografia, haja vista que possam manter um diálogo mais próximo ao contexto do monumento. Entretanto, a atual

diretora nos relatou que “já foram levados alunos por professores de outras disciplinas, como Ciências e Artes, em anos anteriores”, viabilizando assim a pluridisciplinaridade, facilitando um apreciável diálogo com o patrimônio através de outras matérias.

Além disso, há registrado também nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação do município um questionário de 08 (oito) perguntas, cujas indagam a respeito dos saberes e usos do sítio arqueológico enquanto fonte didática. O mesmo tem por objetivo perceber o interesse dos professores pela didatização da Pedra do Ingá.

Esta secretaria distribuiu o questionário nas escolas municipais da cidade, onde os professores que receberam tiveram a oportunidade de apresentar propostas para que, como consta no questionário, “o Parque Arqueológico se tornasse melhor para os moradores de Ingá”. Uma das professoras de Língua Portuguesa do município ao recebê-lo, respondeu que, deveria partir das Escolas “a implantação de projetos educativos”, argumentando que é no âmbito escolar que se tem a possibilidade de elaborar ações que fitem num Ensino Patrimonial, podendo através dele evidenciar a relação identitária entre o município e o sítio arqueológico.

Dessa forma, os alunos enquanto moradores, ao ter contato com novos saberes adquiridos em sala de aula sobre o monumento, tem o poder de levar até a população local o valor ímpar das Itacoatiaras do Ingá, salientando suas narrativas e o seu simbolismo. Isso permite não deixar as suas representações apenas inertes e estampadas, uma vez que suas gravuras rupestres se encontram em painéis espalhados pela cidade, no brasão e na bandeira da mesma.

A releitura de um contexto histórico local instiga os discentes a redescobrir seu espaço, além de fazê-los apreenderem e refletir sobre o seu papel diante do mesmo e de poder ver as descontinuidades da história pela pluralidade cultural. A possibilidade de trazer a Pedra do Ingá para utilizá-la dentro das instituições escolares, como foi visto, pode se dar de várias formas, utilizando-se das mais variadas maneiras. Seja incitando a subjetividade, explorando o cognitivo dos estudantes ou explicitando o lado pictórico do monumento; contextualizando as imagens no campo do sensível, dotando-as de outras definições e saberes.

Assim, o que torna a Pedra Lavrada de Ingá um bem composto de grandeza patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que a mesma possui para respectivo grupo social, fundamentando assim sua preservação. É preciso perceber que os inúmeros bens materiais, tratados enquanto herança cultural, possuem perspectivas distintas, conforme o seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. Apesar de que em muitos aspectos o contexto possa ser o mesmo, porém, “todo receptor é, na verdade, um produtor de



sentido, e toda leitura é um ato de apropriação” (CHARTIER, 1990 p. 24). Logo, seus significados transitam de acordo com os diferentes grupos econômicos, sociais e culturais,

Os desafios para o século XXI estão postos e a “implementação da política patrimonial deve partir do anseio das comunidades e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação” (FUNARI, 2009, p. 59). Portanto, assumir a responsabilidade em reapresentar o patrimônio à sociedade, deve ser tarefa das Instituições Escolares, do educador e de todo historiador.

## **5. Considerações Finais**

Afirmar que o Patrimônio Histórico e Cultural nos serve enquanto fonte histórica, e que o mesmo desperta a sensibilidade, imaginação e a identidade em sala de aula, foi o que tentei esboçar nessas linhas. E, em se tratando das Itacoatiaras do Ingá, estas potencializam saberes regionais, possibilitando um resgate da memória e da história local da cidade de Ingá, ao mesmo tempo em que compõe uma historiografia de importância nacional.

Os resultados das experiências didáticas com este patrimônio verificadas aqui, nos levam a pensar positivamente sobre o uso do patrimônio enquanto fonte histórica no ensino escolar. Por mais que ainda haja a carência em problematizar e didatizar a Pedra do Ingá com maior amplitude em sala de aula, há um interesse e esforço em preservar, desnaturalizar e desnudar seu contexto e atribuir novos sentidos a ela no cenário escolar ingaense, no intuito de consolidar saberes e de fortalecer o seu valor identitário para o município de Ingá-PB.

Este esforço retórico já apresentado por algumas Escolas, como vimos, desperta nos alunos o desejo por se reconhecer e conhecer seu espaço, sua história e sua identidade. Portanto, apesar de não compor o currículo das Instituições Escolares locais, estes saberes se apresentam, como mostrado ao longo do trabalho, enquanto uma importante possibilidade de ensinar História através da didatização de um Patrimônio Histórico e Cultural pelo viés pluridisciplinar.

## UNA MIRADA SOBRE LAS ITACOATIARAS DO INGÁ-PB: entre uso de fuentes, sabidurías y sensibilidades en la enseñanza de historia.

### RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo analizar el aprendizaje de la *Pedra do Ingá* en el espacio escolar a través de la enseñanza de Historia a partir del dialogo interdisciplinario con la Educación Patrimonial, bien como verificar el papel educativo de este monumento delante su importancia arqueológica, antropológica e histórica. Y, en ese contexto, destacaremos la memoria y las sabidurías históricas junto a las sensibilidades y al proceso de identidad que el mismo es capaz de presentar en el escenario *ingaense*. Nuestra delimitación temática propone una experiencia del uso de la metodología de la Enseñanza Patrimonial como herramienta alternativa para dialogar en clases el valor de la memoria y de una identidad local. Analizaremos los puntos positivos de ese abordaje y las dificultades en aplicarlas en clases, lo que posibilita ponderar clases más atractivas, además de suscitar el deseo por clases socio constructivas. De esa manera, discutimos el tema en el campo de la Enseñanza de Historia a partir de interlocuciones teóricas con Schmidt (2009), Pesavento (1999, 2005), Martin (2008), Funari (2009) e Le Goff (1985) en el sentido de problematizar una Educación Patrimonial direccionada a la identidad y para la memoria regional. Recurrimos a relatos orales de gestores, supervisores y docentes como fuente analizada a la luz de la metodología en Historia Oral, cuyos personajes están a años contribuyendo para la mejoría de la enseñanza en la ciudad de Ingá-PB.

**Palabras Clave:** *Pedra do Ingá* – Enseñanza de Historia – Educación Patrimonial – Historia Local.

## 6. Referências Bibliográficas

- BRITO, Vanderley de. **A Pedra do Ingá – Itacoatiaras na Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: JRC Editora, 2008.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- MANIQUE, Pedro António; PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da História: património e História local**. Lisboa: Texto editora, 1994.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed.. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.
- SANTOS, Juvandi de Souza. **Estudos da tradição Itacoatiara na Paraíba: Subtradição Ingá? Campina Grande, Paraíba. Cópias & Papéis**, 2014.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE INGÁ – Paraíba. **Questionário sobre o Sítio Arqueológico do Ingá**. Acesso em jun. de 2018.
- SOARES, André Luis Ramos. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

**Orais:**

SILVA, Valterlúcia Fernandes da. A Pedra do Ingá e o Ensino de História. [19 de julho, 2018]. Ingá. Entrevista concedida a José Herculano da Rocha Júnior.

SOUZA, José Janduhi Inacio de. A Pedra do Ingá e o Ensino de História. [08 de agosto, 2018]. Ingá. Entrevista concedida a José Herculano da Rocha Júnior.

**Virtuais:**

ACERVO DIGITAL DO IPHAN. **Itacoatiaras do Rio Ingá, na Fazenda da Pedra Lavrada**. Disponível em: <<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover>> Acesso em 13 de jul. de 2018.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. Artigo 216. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em ago. de 2018.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em ago. de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Artigo 1º. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em 25 de out. 2018.